



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

CLIPPING

DATA
14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
1 de 30

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SUMÁRIO

- ✿ [PAÇO VAI AO TJ CONTRA TRECHOS DO NOVO CÓDIGO DE POSTURAS – O Popular](#)
- ✿ [CORA, ANTES DE TUDO, HUMANO – O Popular](#)
- ✿ [BOA NOTÍCIA? NEM TANTO – O Popular](#)
- ✿ [EVENTOS EXTREMOS EXIGEM ADAPTAÇÃO JÁ – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [O SUPREMO NO VAREJO – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [CASHBACK: DA OPINIÃO À EVIDÊNCIA CIENTÍFICA – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [RESULTADO FISCAL E REALISMO ORÇAMENTÁRIO – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [MORAES PÕE FREIO EM OFENSIVA CONTRA BOLSONARISMO E REDUZ TOM EM DECISÕES – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [CÂMARA QUER INTERDITAR DEBATE PÚBLICO SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [TEBET ATACA TEMAS CAROS AO PT E VIRA ALVO DE INSATISFAÇÃO NO GOVERNO – Folha de São Paulo](#)
- ✿ [MINISTRA DO STJ ANULA JÚRI QUE SUBMETEU ACUSADO A SITUAÇÃO HUMILHANTE – O Hoje](#)
- ✿ [NAS ENTRELINHAS: LULA SOCORRE OS GAÚCHOS EM MEIO ÀS INCERTEZAS FISCAIS – Correio Braziliense](#)
- ✿ ["JABUTI" EM PL AMEAÇA COMPRAS INTERNACIONAIS DE ATÉ US\\$ 50; ENTENDA – Correio Braziliense](#)
- ✿ [A INDÚSTRIA VARRE PARA BAIXO DO TAPETE SUAS ARMAS DO CRIME – Correio Braziliense](#)
- ✿ [ENCHENTES NO SUL DITAM ENCONTRO DOS JUDICIÁRIOS DO G20 – Valor Econômico](#)
- ✿ [TRIBUNAIS NÃO CUMPREM COTA DESTINADA A MAGISTRADOS NEGROS – Valor Econômico](#)
- ✿ [DESTAQUES – Valor Econômico](#)
- ✿ [TJAL PRETENDE MANDAR CASO LAGINHA AO SUPREMO – Valor Econômico](#)
- ✿ [PREÇOS DE TRANSFERÊNCIA E AS POLÊMICAS ORDS – Valor Econômico](#)

JORNAL – O POPULAR – 14.05.2024 – PÁG. 02

Paço vai ao TJ contra trechos do novo Código de Posturas

Caio Henrique Salgado

Em novo embate jurídico com a Câmara de Goiânia, a Prefeitura protocolou ação direta de inconstitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) com o objetivo de derrubar 14 dispositivos do novo Código de Posturas, sancionado em dezembro de 2023.

Em novo embate jurídico com a Câmara de Goiânia, a Prefeitura protocolou ação direta de inconstitucionalidade junto ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJGO) com o objetivo de derrubar 14 dispositivos do novo Código de Posturas, sancionado em dezembro de 2023.



Todos os pontos questionados na ADI foram incluídos a partir da derrubada de vetos do prefeito Rogério Cruz (Solidariedade) a emendas feitas pelos vereadores. Entre eles está o polêmico artigo 35, que liberou o funcionamento de clubes de tiro perto de escolas. De acordo com a peça assinada por Rogério e pelo procurador-geral do Município, José Carlos Issy, "o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu pela competência privativa da União em dispor sobre qualquer assunto concernente a material bélico".

Também é questionado trecho que dispensa de cadastro ou licenciamento ambiental os geradores de resíduos de serviço de saúde que realizem o recolhimento dos mesmos através de empresas cadastradas e licenciadas. Segundo a Prefeitura, a maior ofensa constitucional do texto é a "dispensa do licenciamento de atividades potencialmente poluidoras".

Análise

A Câmara foi notificada da ADI nesta segunda (13). O procurador-geral da Casa, Kowalsky Ribeiro, diz que prepara a defesa e aponta que a ação "míngua de elementos jurídicos válidos" e "demonstra fundamentação política".

Fila

José Carlos Issy revela que apresentou ao prefeito lista de leis que poderão ser alvos de ADIs. Uma delas é a que destina a pessoas em situação de rua 5% das vagas de mão de obra não especializada, referentes aos contratos firmados pelo Paço para prestação de serviço e execução de obras.

Complexidades

A cota de 5% teve origem em projeto do presidente da Câmara, Romário Policarpo (PRD). Acórdão do Tribunal de Contas dos Municípios determinou, em 17 de abril, que a Prefeitura cumpra a lei em 60 dias, sob pena de multa diária de R\$ 3 mil.

Não vai cumprir

O Paço pretende protocolar ADI contra a lei de autoria de Policarpo em até 15 dias.

JORNAL – O POPULAR – 14.05.2024 – PÁG. 03

Cora, antes de tudo, humano

Rasível Santos

Nada mais apropriado que tomar o nome de uma alma goiana, reflexo da humanidade "poetizada" pelas terras dos Goyazes, para batizar um sonho que se transforma em realidade: o Complexo Oncológico de Referência do Estado de Goiás (Cora), que está com as obras adiantadas. Junto com a equipe da Secretaria de Estado da Saúde, pude conhecer de perto a origem da inspiração para o Cora que iniciará com 48 leitos de internação para crianças e adolescentes de Goiás e compreender o sonho do Governador Ronaldo Caiado de apoiar famílias e pacientes na desafiadora jornada contra o câncer infantojuvenil.



Por dois dias percorremos as modernas e amplas instalações do Hospital de Amor de Barretos, acompanhados pela equipe do presidente Henrique Prata. Indubitavelmente, ninguém gostaria de ter que lidar com uma doença tão dramática, em seres humanos tão pequenos e inocentes, mas, diante do inevitável, poder receber famílias inteiras, cuidar e amparar as pessoas com o que há de melhor em medicina oncológica e calor humano, é algo que, por si só, gera um componente de inestimável valor: a sinergia de todos pela cura, pela fé e pela esperança, unindo tecnologias, profissionais, pacientes e familiares.

Para além de conhecer os processos de gestão, fluxos, protocolos clínicos, equipamentos, tecnologias e técnicas de tratamento, formação de profissionais e melhores desfechos, fomos atrás desse item que tanto mobiliza todos nós: o cuidado humanizado, o carinho da acolhida, o amor como oferta divina em difíceis momentos em que a dor e o sofrimento humanos suplicam por auxílio, amparo e compaixão do próximo. Ao almejar uma meta tão ambiciosa que é replicar esse cuidado no Cora e torná-lo também uma referência para que o paciente encontre nele uma casa de amor, que promova a cura do corpo e o alívio da alma, ficamos atentos a cada ensinamento, para absorvermos a essência, os valores e os preceitos daquele hospital.

As estatísticas apuradas em Barretos apontam porcentuais de cura superiores a outros serviços, e por estar em parceria com o Hospital de Amor, o Cora vai integrar a Aliança Amarte, que reúne 30 unidades de tratamento especializadas em oncologia, incluindo grupos americanos, que lideram processos de estudos, pesquisas e tratamento no mundo.

Inserir o Cora nesse rol, com uma obra custeada com recursos estaduais e incluir esse nível de excelência no SUS é uma ousadia e uma entrega grandiosa do Governo de Goiás à população. Reduziremos sofrimentos, complicações e mortes evitáveis, reduzindo o deslocamento das famílias, ofertando cuidados oncológicos de excelência e de forma gratuita. Estamos comprometidos num trabalho incansável para fazer esse sonho de amor e solidariedade acontecer e assim, poder dizer com Cora, nossa musa inspiradora: "Esta fonte é para uso de todos os sedentos. Toma a tua parte."

JORNAL – O POPULAR – 14.05.2024 – PÁG. 07

Boa notícia? Nem tanto

Eliane Cantanhêde



Pesquisas de opinião são retratos do momento e cada um olha como bem entende, mas a última rodada da Genial/Quaest é clara: não chega a ser péssima, mas boa também não é para o presidente Lula. O copo está meio cheio e meio vazio, mas parece mais vazio do que cheio para Lula, que tem o governo e a caneta, os recursos e a visibilidade inerentes ao cargo.

São trunfos, mas faca de dois gumes, tudo depende de como a população vê o governo, de como o presidente e seus ministros usam a caneta e os recursos e se a visibilidade reverte a favor ou contra. Não adianta só aparecer, é preciso aparecer bem.

Aliás, como Lula agora, na reação rápida e efetiva à tragédia do Rio Grande do Sul, que atrai as atenções e a solidariedade do Brasil inteiro e até do exterior. São viagens, reuniões, montanhas de recursos.

A pior notícia para Lula na Quaest - que entrou em campo em 2 de maio, segundo dia das enchentes gaúchas, quando Lula já embarcava para o Estado - é que 55% dos ouvidos são contra a chance de um quarto mandato para ele em 2026 e só 42%, a favor. Esses 55% vão além do núcleo duro da oposição, que não vota no PT de jeito nenhum.

Logo, aponta um certo cansaço com Lula, ou com "os mesmos de sempre", entre os indecisos. A boa notícia para ele é que 47% votariam na reeleição em 2026, num percentual melhor do que o de todos os potenciais adversários incluídos na pesquisa. Mas, se 47% votariam, 49%, não. Será tão boa assim? É como um hipotético embate entre Lula e o governador Tarcísio de Freitas (SP), um dos candidatos a candidato de Jair Bolsonaro. Parece boa notícia para Lula, mas será?

Se a eleição fosse hoje, Lula teria 46% ante 40%, com duas desvantagens: Tarcísio tem 30% de rejeição, razoavelmente baixa, e 39% de desconhecimento, bastante alto. Logo, ele tem muito horizonte, muito a crescer, desde que use o tempo a favor da sua aprovação, driblando um risco muito comum para os políticos, especialmente os que ocupam cargo executivo: quanto mais conhecido, mais rejeitado. Se Lula está longe de soltar fogos com a pesquisa, o outro lado menos ainda: se 39% votariam em Bolsonaro (declarado inelegível pelo TSE), sua rejeição vai a 54%, assim como a de Michelle Bolsonaro é de 50%, igual à de Fernando Haddad, ex-candidato em 2018 e uma das cartas na manga para o caso de Lula não disputar o quarto mandato.

Moral da história: a dois anos e meio da eleição, uma eternidade na política, a polarização está cristalizada, os nomes são óbvios, estão embolados e não há alternativas. O Brasil sempre foi um país do centro, mas cadê o centro? Morreu sem choro nem vela?

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.05.2024 – PÁG. A2

Eventos extremos exigem adaptação já

Para além da remediação, tragédia gaúcha impõe urgência ao preparo do território para consequências da mudança do clima

A reação do poder público ao dilúvio entornado sobre a população gaúcha não pode limitar-se a salvamento e assistência, no curto prazo. Tampouco deveria focalizar só reconstrução, a médio termo. Ambas as vertentes são cruciais, mas insuficientes. Não estão despreparadas só as cidades gaúchas. Na última década, 93% dos 5.570 municípios brasileiros foram assolados por desastres do clima, e 3.679 do total (66%) têm capacidade adaptativa baixa ou muito baixa a tais calamidades.



Passou da hora de implementar a adaptação do país a eventos extremos. Se não começar já a executar as medidas complexas que se exigem, a toda nova enchente o Brasil despenderá bilhões em providências frenéticas para enxugar lama. A cada hecatombe natural se evidencia que o preço da inação supera o da precaução. O Planalto autorizou R\$ 18 bilhões do Novo PAC para o Rio Grande do Sul castigado; antes da tragédia, reservava meros R\$ 15,3 bilhões de mais de R\$ 1 trilhão em investimento estatal e privado até 2027.

O Plano Clima em gestação deverá começar a suprir a lacuna climática, após a demolição da pauta ambiental sob Jair Bolsonaro (PL). As boas intenções abarcam envolvimento de 15 setores e pactuação com estados e municípios. Parece evidente que tal processo será lento. Eventos extremos não vão esperar a costura política, como mostra o Rio Grande do Sul, flagelado por meia dezena de tempestades em menos de um ano.

O excesso de chuvas na região por efeito do aquecimento global estava mais que previsto por modelos científicos. Não faltam especialistas e estudos para orientar a ação precavida de governantes, porém a informação ou não chega aos tomadores de decisão ou eles não sabem o que fazer com ela. Mais escolas precisarão de ar condicionado para ondas de calor; estradas necessitarão ser erguidas; sistemas de drenagem e encostas não resistirão à pluviosidade aumentada; culturas como a da soja perderão áreas aptas ao cultivo. Onde e quando, precisamente?

Não há como o Executivo federal centralizar tantas ações imprescindíveis de adaptação, que demandam iniciativa dos outros níveis de governo. Seu papel primordial é fazer chegar a eles a informação preditiva contida nos cenários climáticos e providenciar os incentivos para que atuem no sentido de diminuir os

impactos. Um bom começo seria condicionar a aprovação de qualquer obra com dinheiro público a uma avaliação de riscos climáticos e a um plano de adaptação correspondente. Foi o que começaram a fazer EUA e China, entre outros, uma década atrás. Nosso atraso já tem consequências funestas.

O Supremo no varejo

Corte tem dado as duas mãos e sido uma verdadeira mãe para o governo Lula

Dora Kramer



Quando começou a circular, a ideia de que o Executivo pretendia firmar uma aliança com a instância máxima do Judiciário a fim de criar um atalho de ultrapassagem às dificuldades do Planalto no Legislativo pareceu muito esquisita. Mais que isso. Institucionalmente inexecutável, social e politicamente inaceitável.

Por uma questão básica: o preceito republicano da harmonia pressupõe a independência entre os Poderes. Cláusula pétrea. O Supremo Tribunal Federal poderia se manter distante de acertos feitos sob a égide das conveniências políticas sem criar crise alguma e muito menos deixando de se manter fiel à função de guardião da Lei Maior.

Não foi essa, no entanto, a escolha do STF. A maioria preferiu descer ao patamar do varejo da política para dar a mão e ser uma verdadeira mãe na resolução de problemas que o Planalto não conseguiu resolver pela via da negociação parlamentar. Os ministros prestaram-se ao serviço do socorro em várias ocasiões. As duas mais recentes são particularmente espantosas, para não dizer desonrosas para a credibilidade da corte.

A liminar e outros quatro votos a favor da cobrança de tributos das folhas de pagamentos de prefeituras e mais 17 setores privados levaram o Congresso a aceitar um acordo de meio-termo até então rejeitado em votações de clareza inequívoca.

Na ação de constitucionalidade da Lei das Estatais, os juízes abriram uma janela de admissão das indicações dadas por eles mesmo como inconstitucionais em cargos de conselhos e direção nas empresas feitas pelo atual governo, ao arrepio da Constituição. Em ambos os casos o STF prestou-se a gambiarras muito semelhantes àquela que preservou os direitos políticos de Dilma Rousseff na decisão do impeachment. O toma lá dá cá entre Legislativo e Executivo está incorporado como normal. Já a entrada do Supremo no jogo em cena aberta sinaliza um novo anormal.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.05.2024 – PÁG. A3

Cashback: da opinião à evidência científica

Modelo não cria estorvo e tem objetivos não cobertos pelo Bolsa Família

Jorge Luis Tonetto

A experiência gaúcha com o chamado cashback, por meio de um programa que devolve parte do ICMS pago pelas famílias de baixa renda, mostra que esse tipo de política não cria mais burocracia para o Estado, muito menos estorvo para a população, como argumentam alguns críticos da proposta, que foi incorporada na Reforma Tributária recentemente aprovada e será implementada no país nos próximos anos.



Para começo de conversa, aparentemente os críticos não conhecem as experiências concretas de cashback. No caso do "Devolve ICMS", o programa foi inaugurado em 2021 com foco nas famílias do cadastro único nacional —inicialmente apenas as beneficiárias do Bolsa Família. E o único "estorvo" para receber o benefício era retirar um cartão de débito pré-pago emitido pelo banco estadual, o Banrisul.

Como sabíamos que muitas dessas famílias não têm hábito de emitir notas fiscais, iniciamos o programa devolvendo antecipadamente R\$ 100 por trimestre, independentemente do consumo aferido pelas notas. Ao mesmo tempo, anunciamos que, depois de nove meses, iniciariamos uma segunda fase em que a parcela fixa de devolução seria complementada por uma parcela variável —aí sim de acordo com o valor das notas fiscais, sujeito a um teto compatível ao consumo daquela faixa de renda.

Importante lembrar que o cashback tem dois objetivos não cobertos pelo Bolsa Família, que são a mitigação da regressividade da tributação e a ampliação da cidadania fiscal, algo muito importante para a coesão social e o engajamento da sociedade nas decisões políticas sobre o sistema tributário. Hoje os cidadãos estão sob o efeito de uma espécie de "anestesia fiscal", pois não sabem quanto pagam de imposto nem qual real benefício obtêm das desonerações tributárias. E isso tende a mudar com o novo modelo de IVA nos próximos anos, seja pela adoção do cashback, seja pelo uso de alíquotas mais transparentes e uniformes.

Voltando ao caso do "Devolve ICMS", nossa expectativa era de que as famílias desenvolveriam o hábito de emitir mais notas fiscais para ampliar o valor do benefício a receber. E o que os dados mostram? As 7,7 milhões de observações reunidas desde o início do programa permitem comparar as famílias beneficiárias com aquelas que podiam receber a devolução mas não retiraram o cartão. E nossas pesquisas mostram que os beneficiários não só aumentaram seu consumo formal mensal em R\$ 32,47 como também passaram a emitir mais notas fiscais do que antes, entre 21% e 46%.

Quanto ao perfil dos beneficiários, os dados mostram que a maioria se encontra na faixa de 31 a 40 anos e, em termos de gênero, 82,8% são mulheres. Quanto ao perfil dos gastos, 83% dos recursos foram utilizados na compra de produtos de primeira necessidade em mercados, açougues, restaurantes e padarias. Além disso, conseguimos transformar um imposto regressivo em progressivo nas faixas de renda mais baixas. E nada disso causou qualquer estorvo para essas famílias, nem tampouco burocracia para o estado, na medida em que o programa é operacionalizado por sistemas que já existiam antes.

É importante citar que hoje o benefício da devolução do ICMS já representa, para as famílias mais pobres, um valor monetário cerca de duas vezes maior do que aquele usufruído por via das desonerações para a cesta básica, que são extremamente custosas para o Estado e beneficiam principalmente os mais ricos. E há possibilidade de ampliar esse cashback se, simultaneamente, reduzirmos as desonerações. A isenção da cesta básica se justificava num período em que não existiam outras possibilidades tecnológicas, devido a um modelo baseado em papel que já foi suplantado. Hoje a tecnologia nos permite focalizar a desoneração em quem realmente precisa, conferindo muito mais eficiência para a política pública. Tanto é assim que outros países desenvolvidos, como Japão e Canadá, já adotam sistemas similares. E nós devemos seguir o mesmo caminho —o do progresso.

Resultado fiscal e realismo orçamentário

Análise exige amplo conjunto de dados, sem adjetivações baseadas em crenças

Guilherme Mello



Após o anúncio da agência Moody's sobre a elevação do rating do Brasil, alguns economistas brasileiros criticaram a decisão e demonstraram preocupação com a política fiscal, alegando descontrole das contas públicas. Para avaliar o quadro fiscal herdado, é fundamental trazer um conjunto de dados que amparem uma análise adequada, evitando cair em adjetivações baseadas em crenças.

Um bom ponto de partida é o Projeto de Lei Orçamentária Anual (Ploa) para 2023, apresentado pelo próprio governo Bolsonaro, que já apontava um déficit primário do governo central esperado da ordem de 0,6% do PIB —explicado em grande medida pela queda acentuada da arrecadação federal, que passaria de 18,4% em 2022 (dado efetivo) para 17% (dado projetado no Ploa) em 2023 em função das desonerações de última hora patrocinadas pela administração anterior para tentar, sem sucesso, reverter o favoritismo eleitoral da oposição.

Assim, o resultado primário superavitário de 2022, fortemente influenciado por receitas não recorrentes (privatização da Petrobras —parcial— e Eletrobras), seria revertido em déficit tanto pelo lado das receitas recorrentes como não recorrentes. Além disso, é importante ressaltar que o déficit primário de R\$ 63,5 bilhões projetado para 2023 no Ploa estava subestimado e era nitidamente irrealista. Despesas anunciadas no processo eleitoral pelas principais candidaturas não estavam incorporadas ao projeto de lei. Apenas no programa Bolsa Família, a despesa prevista no Ploa era de R\$ 106 bilhões, cerca de R\$ 60 bilhões inferior ao

despendido. Os dispêndios em benefícios previdenciários e BPC (Benefício de Prestação Continuada), por sua vez, também superaram em R\$ 14,5 bilhões as projeções orçamentárias iniciais devido à redução nas filas da seguridade social.

Ou seja, caso se some o déficit primário de R\$ 63,5 bilhões projetado no Ploa 2023 apenas com o reforço orçamentário inevitável, chegaríamos a um déficit primário do governo central de cerca de R\$ 138 bilhões. Esse valor é superior ao déficit de R\$ 117 bilhões efetivamente registrado em 2023, caso se desconsidere o pagamento do calote de precatórios e da antecipação dos pagamentos decorrentes dos prejuízos ocasionados pela LC 201 (ICMS dos combustíveis), ambas dívidas herdadas do governo anterior cujo pagamento não estava previsto.

Na realidade, os resultados da política fiscal desde 2023 têm seguidamente surpreendido positivamente os analistas. No início de 2023, as projeções do Prisma para a relação dívida bruta/PIB do Brasil ao final do ano era de 79%. Em dezembro de 2023, as projeções já haviam sido reduzidas para 75,6%, e o resultado verificado foi de 74,4% —muito abaixo das projeções iniciais.

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) enviado ao Congresso prevê a manutenção do resultado primário equilibrado para 2025 e a recuperação gradual e sustentada do superávit primário até 2028. Segundo projeções do Tesouro, essa trajetória poderia produzir uma estabilização da relação dívida bruta/PIB em um patamar inferior a 80% já em 2028. Nas projeções do FMI, a estabilidade poderá ocorrer a partir de 2029. Já no Focus, em 2030. Depois de R\$ 2 trilhões de déficits acumulados no último decênio, sabemos do tamanho do nosso desafio, mas comungamos da percepção de três agências de avaliação de risco de que o cenário econômico brasileiro está numa situação muito melhor do que a herdada.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.05.2024 – PÁG. A4

Moraes põe freio em ofensiva contra bolsonarismo e reduz tom em decisões

Magistrado e aliados evitam determinações rígidas em episódios como o da embaixada da Hungria e no julgamento de senador

José Marques

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Alexandre de Moraes pôs um freio nos últimos meses na rigidez de decisões que envolvem o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados. O movimento, segundo pessoas com interlocução com o Supremo, reduz o risco de ampliação dos atritos da corte com o Congresso e também dos ataques de apoiadores de Bolsonaro contra o Judiciário. Diminui também a possibilidade de que a opinião pública passe a enxergar o ex-presidente como vítima de perseguição pelo STF.

A adoção de maior cautela sobre esses casos partiu não apenas do próprio Moraes, mas também de outras autoridades com





CLIPPING

DATA
14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
10 de 30

RESPONSÁVEL
Iris Helena

atuação em tribunais superiores que são próximas ao magistrado, como o ministro do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) Floriano de Azevedo Marques e o procurador-geral da República, Paulo Gonet. No ano passado, senadores chegaram a aprovar uma PEC (proposta de emenda à Constituição) que limita as decisões individuais de ministros do STF, em reação a pautas votadas pela corte. Além disso, desde seu período à frente do Executivo, Bolsonaro se apresenta como alguém que é perseguido pelos integrantes do Supremo.

Em fevereiro deste ano, Bolsonaro teve o passaporte apreendido pela Polícia Federal por ordem de Moraes na operação Tempus Veritatis, que mirou o ex-presidente, ex-assessores e aliados, incluindo militares de alta patente. Depois dessa operação, etapa da investigação sobre a tentativa de um golpe de Estado após a derrota de Bolsonaro para Lula (PT) em 2022, não houve medidas mais drásticas contra o ex-presidente.

O episódio que levantou a possibilidade de que Moraes determinasse a prisão de Bolsonaro foi a revelação em 25 de março, pelo jornal The New York Times, de que o ex-presidente passou dois dias na embaixada da Hungria logo após a apreensão do passaporte. Na ocasião, deputados de oposição chegaram a acionar o Supremo e a PGR com pedidos de prisão preventiva (sem tempo determinado). Já Moraes foi rápido em abrir um procedimento no STF e pedir que o ex-presidente explicasse por que se hospedou na embaixada.

Não houve, porém, consequências mais drásticas contra ele. No dia 9 de abril, Gonet se manifestou contra a imposição de medidas mais duras a Bolsonaro pelo episódio. Ao Supremo o PGR disse que a estadia não infringe as medidas que ele já cumpre e que a suposta tentativa de busca de refúgio esbarraria "na evidente falta de pressupostos do instituto de asilo diplomático dadas as características do evento". Moraes decidiu sobre o caso apenas no dia 24 de abril, quase um mês depois da reportagem do jornal americano. Ele argumentou que não ficou comprovada a intenção de evasão do país por Bolsonaro.

O ministro afirmou que "não há elementos concretos que indiquem —efetivamente— que o investigado pretendia a obtenção de asilo diplomático para evadir-se do país e, conseqüentemente, prejudicar a investigação criminal em andamento". Disse ainda que, embora os locais das missões diplomáticas tenham proteção especial, "eles não são considerados extensão de território estrangeiro" e que, por isso, Bolsonaro não cometeu "qualquer violação a medida cautelar de 'proibição de se ausentar do país'".

No início de maio, Moraes soltou o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, que estava preso desde 22 de março, um dia após a revista Veja revelar áudios em que ele atacava o ministro e colocava em xeque a lisura do seu acordo de colaboração premiada e a investigação da Polícia Federal. Além de soltar Cid, o ministro também manteve integralmente o acordo de colaboração do tenente-coronel. Segundo ele, "foram reafirmadas a regularidade, legalidade, adequação dos benefícios pactuados e dos resultados da colaboração à exigência legal e a voluntariedade da manifestação de vontade".

Moraes aceitou pedido da defesa do militar após a PF analisar material apreendido durante a prisão e ouvir o próprio Cid. A Procuradoria-Geral da República foi favorável à soltura e à manutenção do acordo. No TSE, tribunal presidido por Moraes, bolsonaristas também tiveram uma situação, por ora, favorável, com a suspensão do julgamento sobre o senador Jorge Seif (PL-SC), que corria o risco de perder o mandato. Na sessão do TSE no último dia 30, o relator do caso, Floriano de Azevedo Marques, pediu a produção de mais provas no processo e suspendeu o julgamento.



CLIPPING

DATA

14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

11 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

A maioria do tribunal concordou com o relator. Só o ministro Raul Araújo, que é visto como mais simpático aos bolsonaristas, divergiu. Araújo afirmou que a corte estaria reinaugurando a instrução processual no caso, algo que já foi feito por instâncias inferiores. Como a Folha mostrou, a decisão foi uma forma de Moraes evitar mais atrito com o Congresso e ganhar tempo antes de dar desfecho ao caso. Com isso, o TSE poderia conseguir mais prazo para construir uma espécie de acordo nos bastidores com bolsonaristas para que eles parem de atacar o tribunal.

O próprio Bolsonaro continua na mira de inquéritos que tramitam no Supremo sob a relatoria de Moraes, como o das milícias digitais e o dos incitadores e autores intelectuais dos ataques de 8 de janeiro. Ambos os inquéritos foram recentemente prorrogados pelo ministro até o segundo semestre deste ano.

Casos de bolsonaristas com Moraes

Milícias digitais

Envolveu a Operação Tempus Veritatis em fevereiro, que apreendeu passaporte de Jair Bolsonaro (PL); não houve nenhuma outra ação após retenção do documento

Embaixada da Hungria

Episódio levantou possibilidade de prisão do ex-presidente por Moraes; apesar de pedido de explicações, não houve outras consequências

Mauro Cid

Tenente-coronel foi preso após áudios em que atacava o ministro e minava a própria delação premiada; em maio, foi solto e acordo foi mantido

Jorge Seif no TSE

Maioria da corte decidiu pela produção de mais provas e suspendeu julgamento

Outros casos

Bolsonaro ainda está envolvido em investigações de fraude de cartão de vacinação e do 8 de janeiro

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.05.2024 – PÁG. A6

Câmara quer interditar debate público sobre reforma tributária

Projeto de regulamentação está parado há 20 dias à espera de Lira

Adriana Fernandes

A Câmara dos Deputados ensaia interditar o debate público do projeto de regulamentação da reforma tributária. O presidente da Câmara, Arthur Lira, passou os últimos dois meses cobrando do ministro Fernando Haddad o envio do projeto, mas já se passaram 20 dias e a pergunta que todos se fazem é como se darão as discussões na Casa.

Não há relator indicado e o que se sabe até agora é que o presidente da Câmara quer criar dois ou três grupos de trabalho para fazer uma divisão das discussões por temas em separado. Lira chegou a culpar o Ministério da Fazenda por um eventual atraso na estratégia de votar o projeto antes do recesso parlamentar de julho. Haddad demorou nove dias no prazo fixado anteriormente para a entrega do projeto e, agora, está tudo parado na Câmara.

Na semana passada, as negociações no Congresso estavam concentradas na derrubada do veto do presidente Lula e na recomposição de parcela das emendas parlamentares de comissão. Os parlamentares queriam de cara os R\$ 5,6 bilhões vetados por Lula na sanção do Orçamento; conseguiram R\$ 3,6 bilhões, mas vão cobrar os R\$ 2 bilhões restantes até o final para seguir com a reforma —agenda prioritária neste ano.

O Congresso também focou, com a necessária rapidez que a tragédia climática do Rio Grande do Sul demanda, na aprovação das medidas de socorro ao estado. Nada disso, no entanto, justifica o que vem sendo adotado na Câmara na tramitação da reforma. O procedimento é injustificável e sinaliza que a Câmara vai atrasar o calendário para depois tratorar a votação, levando o projeto direto à votação no plenário sem passar por nenhuma comissão.

Uma estratégia que bate de frente com o compromisso do presidente Lira com empresários de que a regulamentação seria dez vezes mais discutida na Câmara do que foi a PEC da reforma. A impressão que fica é que, enquanto se espera a definição do relator, os conchavos e as negociações do texto já estão



acontecendo com os deputados que têm chance de ser indicados para os grupos de trabalho. Nos bastidores se fala até mesmo na possibilidade de cada um dos deputados ficar responsável por um setor. É um procedimento estranho ao processo legislativo, para dizer o mínimo. Uma brecha para se formar um grande balcão de negócio.

A suspeita que se comenta nos corredores da Câmara é que a pergunta que está sendo feita é a seguinte: de qual setor você quer tomar conta? Além da lista dos indicados ao grupos de trabalho, já são 12 candidatos à

relatoria. Lira está justificando a criação desses grupos para que haja uma divisão com os partidos e se possa formar uma maioria necessária à aprovação da proposta. Mas todos sabem que a reforma tributária é peça importante de negociação com os presidentes dos partidos para a sua sucessão.

Se não bastassem esses atropelos, a liderança do governo na Câmara saiu-se com a novidade de fazer reuniões técnicas presenciais com integrantes da Secretaria Extraordinária da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda voltadas às assessorias parlamentares. O detalhe é que o convite dizia que as discussões, embora presenciais, seriam fechadas. Após as críticas, a liderança voltou atrás. O debate será aberto. Com esses debates, o governo busca atuar no convencimento para ter menos mudanças no texto. Assessores parlamentares são os primeiros anteparos aos parlamentares e também os primeiros alvos dos lobbies setoriais. É péssimo começo para a tramitação da regulamentação da reforma na Câmara.

JORNAL – FOLHA DE SÃO PAULO – 14.05.2024 – PÁG. 4

Tebet ataca temas caros ao PT e vira alvo de insatisfação no governo

Episódio envolvendo desvinculação de benefícios do INSS expõe dissonância com Fazenda, que já se manifestava nos bastidores

Catia Seabra / Adriana Fernandes / Idiana Tomazelli

Algumas vezes criticada por seus pares pela tepidez, a ministra Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) saiu da penumbra ao defender publicamente a desvinculação do valor das aposentadorias ao salário mínimo, mas acabou entrando na mira da esquerda ao escolher atacar um tema caro ao PT. A ministra acabou ficando isolada em seu posicionamento, que não teve respaldo nem sequer do ministro Fernando Haddad (Fazenda). O episódio colocou na vitrine a dissonância que há meses já vinha se manifestando nos bastidores do governo.



A conduta de Tebet chegou a ser apontada como um exemplo de desgoverno durante um jantar do ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) com a coordenação da bancada do PT na Câmara, na noite de terça-feira (7). O fato de Tebet ter suscitado uma pauta negativa no mesmo momento em que as ações do governo no Rio Grande do Sul ganham visibilidade foi usado por petistas como uma demonstração de desafinamento dentro da equipe do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Padilha, porém, minimizou o problema, recomendando que os parlamentares não dedicassem energia a um tema que nem sequer consta da agenda do governo. Em entrevista ao jornal Valor Econômico publicada na segunda-feira (6), a ministra pregou a desvinculação dos benefícios do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social), como aposentadorias, pensões e o BPC (Benefício de Prestação Continuada), que passariam a ser corrigidos pela inflação.



CLIPPING

DATA

14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

14 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Hoje, dois terços dos benefícios da Previdência correspondem ao valor de um salário mínimo (atualmente em R\$ 1.412) e, sob as regras atuais, se beneficiarão da política de valorização do piso reinstituída por Lula, que garante aumentos reais de acordo com o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto). Especialistas afirmam que a combinação pode ser explosiva e minar a sustentabilidade do próprio arcabouço fiscal proposto por Haddad. A Fazenda tem defendido a revisão de gastos, mas integrantes da pasta veem a desvinculação dos benefícios como a proposta que tem menos chance de avançar, dada as resistências de Lula e do núcleo duro do governo.

Nem mesmo a flexibilização dos pisos constitucionais de Saúde e Educação, já defendida publicamente pela equipe econômica, tem chance de avançar neste ano, segundo auxiliares de Haddad. A aliados, o ministro já admitiu que temas mais delicados como este "têm hora certa", que pode também nunca chegar. A equipe da Fazenda insiste na necessidade de revisão das renúncias fiscais e veem na estratégia de Tebet uma tentativa de colocar o debate na mesa para mostrar a urgência do tema. A investida se dá após a própria ministra se tornar alvo de cobranças e críticas de que essa agenda, vendida como o carro-chefe de sua pasta, ainda não decolou.

Mas Haddad isolou Tebet nessa missão e não deu apoio público à proposta ligada às aposentadorias, embora uma postagem do ministro na rede social X (antigo Twitter) tenha gerado especulações. Ele recomendou a leitura de um artigo do economista Bráulio Borges, pesquisador do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas). No texto, o especialista afirma que a busca por algum aumento de carga tributária "parece ser adequado", dada a erosão da base de arrecadação nos anos anteriores. Esse argumento já foi citado repetidas vezes por Haddad na defesa de medidas que elevam receitas.

Porém, o mesmo artigo traz a defesa da desvinculação das aposentadorias e outros benefícios sociais. Por isso, o compartilhamento do texto pelo ministro foi lido no mercado como um endosso tácito à medida — percepção que ruiu após ele sepultar as chances de avanço da mudança em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. Para críticos do governo, o episódio da semana só mostrou que tanto Tebet quanto Haddad jogam para a plateia, mas não têm força para colocar a agenda em prática. O diagnóstico dos técnicos mais pragmáticos do governo é que, antes de mais nada, o governo deveria focar em fazer o básico, como a revisão dos benefícios e o combate à fraude, ações em curso no INSS.

Outra proposta da ministra em desacordo com o chamado campo progressista é a inclusão dos repasses do Fundeb (Fundo da Educação Básica) para cumprimento do piso constitucional de educação. A presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann (PR), escancarou sua posição contrária nas redes sociais. "São ideias muito ruins, que contrariam o programa de governo eleito em 2022", disse. "É no mínimo preocupante que sejam defendidas pela ministra @simonetebetbr. Responsabilidade fiscal não tem nada a ver com injustiça social."

Na quarta-feira (8), dia seguinte ao jantar de Padilha com a bancada do PT, a articulação do governo precisou entrar em campo e negociar com deputados os termos de um convite para que Tebet preste esclarecimentos à CMO (Comissão Mista de Orçamento). O requerimento original destinava o convite a Tebet e à ministra Esther Dweck (Gestão), que tem uma visão mais alinhada à do PT. O governo temia que as duas entrassem em contradição publicamente sobre, por exemplo, a ideia da desvinculação. Por isso, atuou para que apenas a titular do Planejamento fosse chamada.

Tebet deverá falar à comissão no mês que vem. A interlocutores, a ministra avisou que persistirá nos estudos para reduzir despesas do governo e seguirá defendendo a desvinculação, apesar da resistência na base lulista. A avaliação é que, nesse debate, ela teria o apoio de técnicos da Fazenda e do Planejamento. A indicação mais combativa, porém, destoa da imagem constituída até aqui pela ministra entre seus pares de Esplanada. No governo, a avaliação é que Tebet tem atuação esmaecida, aquém da expectativa criada a partir de sua postura no Senado Federal e na disputa presidencial de 2022.

Aliados do presidente elogiam a ministra por sua correção, lealdade e determinação. Mas admitem que esperavam maior projeção e combatividade da ministra, inclusive na defesa das ações do governo e até no combate às fake news, das quais foi vítima. Um integrante da cúpula petista diz que Tebet tem atuação correta, o perigo estaria nas posições liberais.

Alguns integrantes do governo também a criticam pelo que classificam como uma falta de agenda do Ministério do Planejamento, já que a revisão de gastos não avança, e outras propostas internas, como a nova Lei de Finanças, não resolvem o problema fiscal e tampouco viram a luz do dia. Lula, por sua vez, elogia Tebet, demonstrando admiração e respeito. Ainda segundo colaboradores, o presidente incentiva a presença da ministra em reuniões do governo e recomenda que seja chamada a participar da tomada de decisões.

O presidente também tem encorajado e dado visibilidade a uma das poucas pautas do Planejamento que ganharam projeção: o plano de integração sul-americana, por meio de rotas regionais. Apesar de ter se tornado uma bandeira da pasta, ainda há dúvidas sobre as reais condições de o plano sair do papel, pelo volume de recursos necessários e pela necessidade de coordenação com outros países.

JORNAL – O HOJE – 14.05.2024 – PÁG. 10

Ministra do STJ anula júri que submeteu acusado a situação humilhante

Manoel L. Bezerra Rocha

Para a Quinta turma do Superior tribunal de Justiça (StJ), é nula a decisão que, genericamente, indefere o pedido de apresentação do réu no plenário do júri com roupas civis. Segundo o colegiado, a utilização de roupas sociais pelo réu durante seu julgamento pelo tribunal do júri é um direito, e não traz insegurança ou perigo, tendo em vista a existência de policiamento ostensivo nos fóruns.



Com esse entendimento, a turma concedeu habeas corpus para declarar a nulidade de uma sessão do tribunal do júri em que o réu, acusado de homicídio, foi obrigado a usar o traje do presídio. A relatora do habeas corpus, a ministra Daniela Teixeira, observou que a decisão que indeferiu o pedido da defesa não apontou risco concreto de fuga do acusado, mas apenas mencionou, de modo geral e hipotético, que o policiamento no fórum era reduzido.

A ministra ressaltou que os jurados avaliam as provas conforme sua íntima convicção, sem a necessidade de fundamentar suas decisões,

as quais podem ser influenciadas por uma série de simbolismos da sessão do tribunal do júri. Por conta disso, segundo a magistrada, o réu tem o direito de usar roupas sociais durante o julgamento, especialmente quando tal fato não apresenta riscos. Para Daniela Teixeira, o uso de vestimentas civis pelo acusado visa resguardar a sua dignidade durante a sessão do júri. Ela ressaltou que, conforme consta do voto vencido no julgamento do TJMG, os jurados devem olhar o réu de forma imparcial, e isso exige a abolição de qualquer símbolo de culpa, como o uniforme de presidiário, que pode gerar um estigma capaz de influenciar na condenação.

Parcerias perigosas

A Sexta turma do tribunal Superior do trabalho condenou um sindicato e um escritório de advocacia a pagarem R\$ 60 mil por dano moral coletivo. A razão é que eles ficavam com parte dos créditos recebidos pelos trabalhadores sindicalizados em ações judiciais em que eram representados pela entidade sindical. Para o colegiado, a cobrança é ilegal e tem impacto social. O TST entende que a prestação da assistência jurídica gratuita pelo sindicato decorre de legislação expressa. Por isso, a imposição ao empregado de pagamento dos honorários advocatícios contratuais, quando assistido pela entidade sindical, é ilegal.

Reforma tributária

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, da Câmara dos Deputados defendeu 13 projetos de lei apresentados para regulamentação da reforma tributária. Entre outros pontos, a regulamentação da reforma tributária cria regras para regimes específicos de tributação, imunidades tributárias, compensações de créditos e alíquotas reduzidas de impostos. O relator da reforma tributária apontou para a necessidade de a regulamentação manter os acordos feitos na aprovação da emenda constitucional.

Ministro faz proposta para encerrar greve em hospitais universitários federais

O vice-presidente do TST, ministro Aloysio Corrêa da Veiga, apresentou uma proposta para encerrar a greve nos hospitais universitários federais.

O reajuste proposto é 3,09%, com aumento de 20,52% do auxílio-alimentação, entre outros pontos. A greve nacional conta com a adesão de trabalhadores e trabalhadoras de 16 estados. No Rio Grande do Sul, em razão da situação de emergência climática e sanitária, o início da greve foi suspenso.



Para STF, é constitucional o uso de roupas relacionadas à crença em foto oficial

O Supremo tribunal Federal (STF) decidiu que a Constituição assegura a utilização de roupas e acessórios relacionados a crença ou religião nas fotos de documentos oficiais, desde que não impeçam a adequada identificação da pessoa, ou seja, o rosto precisa estar visível. Para o relator, ministro Luis Roberto Barroso,

ainda que a exigência fosse adequada para garantir a segurança pública, “é inequívoco que ela é exagerada e desnecessária por ser claramente excessiva”.

A seu ver, a medida compromete a liberdade religiosa porque é sempre possível identificar a fisionomia de uma pessoa mesmo que esteja, por motivo religioso, com a cabeça coberta. Barroso observou que a liberdade religiosa é um direito fundamental, e para restringi-lo é necessário observar o princípio da proporcionalidade. Em seu voto, o ministro aplicou o conceito de adequação razoável, que possibilita realizar adaptações necessárias a fim de assegurar igualdade de oportunidades a todas as pessoas, com base nos direitos humanos e em liberdades fundamentais.

Plenário do STF

A divulgação de nome e foto de um condenado por pedofilia ou crime de violência contra a mulher não viola direitos e garantias relativos a dignidade da pessoa humana, integridade moral, proibição de tratamento desumano e degradante e inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem, traduzindo-se em medida de segurança pública.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.05.2024 – PÁG. POLÍTICA

Nas Entrelinhas: Lula socorre os gaúchos em meio às incertezas fiscais

"No Palácio do Planalto, a prioridade é ajudar os gaúchos e criar condições para a recuperação do estado. Lula cancelou a viagem ao Chile para volta ao Rio Grande do Sul", destaca o jornalista

Luiz Carlos Azedo



Luiz Inácio Lula da Silva e o governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, por videoconferência, se reuniram para tratar de novas medidas de socorro aos gaúchos, flagelados pelas piores chuvas de sua história. Na ocasião, o presidente anunciou que o pagamento da dívida do Rio Grande do Sul com a União será suspenso por três anos, nos quais não haverá cobrança de juros. A dívida gaúcha custa R\$ 3,5 bilhões por ano e chega a R\$ 95 bilhões. Pelas contas do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com isso o governo libera R\$ 23 bilhões para o caixa do governo do Rio Grande do Sul. Eduardo Leite, entretanto, pleiteia o perdão da dívida, em razão na enorme dificuldade que enfrentará na reconstrução do estado. O projeto de lei complementar que suspende a dívida já está no Congresso para apreciação e aprovação em regime de urgência. A tendência é o Congresso abrir uma janela para eventualmente socorrer outros estados.

Um auxílio de R\$ 5 mil também será distribuído diretamente pelo governo federal às pessoas afetadas pelas chuvas, para compra de material de construção, eletrodomésticos e móveis. Estima-se que 100 mil famílias serão beneficiadas. Isso significa a liberação de mais R\$ 500 milhões em ajuda. A conta da tragédia não para



CLIPPING

DATA
14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
18 de 30

RESPONSÁVEL
Iris Helena

de crescer. A Confederação Nacional de Municípios (CNM) contabiliza 147 mortos, 815 desaparecidos, 88,8 mil desabrigados, 628,1 mil desalojados, 8,8 mil feridos e enfermos, e 2,9 milhões de pessoas afetadas.

Pelos cálculos da Fazenda, as 36 parcelas da dívida gaúcha, cujo pagamento foi suspenso, equivalem a R\$ 11 bilhões — os outros R\$ 12 bilhões correspondem aos juros, que não serão cobrados, segundo a lei. O governo ainda não decidiu a forma como o pagamento da dívida será renegociado, nem pretende fazer isso agora, temendo um precedente para os demais estados. Segundo Haddad, outras ações do governo realizadas desde a semana passada representam mais R\$ 12 bilhões.

Para os gaúchos pessoas físicas, houve a antecipação do pagamento do abono salarial 2024 (R\$ 758 milhões), do seguro-desemprego (R\$ 495 milhões), a restituição do Imposto de Renda (R\$ 1 bilhão) e as antecipações do Bolsa Família e do Auxílio-Gás de maio (R\$ 380 milhões). Estados e municípios foram beneficiados com fundos para estruturação de projetos (R\$ 200 milhões) e crédito para municípios (R\$ 1,8 bilhão). Micros e pequenas empresas receberão R\$ 4,5 bilhões em crédito e desconto de juros do Pronampe, no montante de R\$ 1 bilhão.

O Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac) representará R\$ 500 milhões e a prorrogação do vencimento de impostos federais e do Simples Nacional, mais R\$ 4,8 bilhões. Produtores rurais terão descontados os juros do Pronaf e do Pronampe, num total de R\$ 1 bilhão.

Incertezas fiscais

Até agora, R\$ 50,9 bilhões destinados à recuperação dos municípios e das famílias atingidas pelas enchentes foram prometidos pelo governo federal, em três pacotes enviados ao Congresso, por meio de medidas provisórias. O Rio Grande do Sul nunca cumpriu plenamente os acordos para quitar a dívida com a União, que virou uma bola de neve. Durante cinco anos, com base numa liminar do Supremo Tribunal Federal (STF), o pagamento esteve suspenso, mas foi retomado em 2022, com base no Regime de Recuperação Fiscal com a União. As expectativas em relação aos prejuízos econômicos, com base nas enchentes do ano passado, ultrapassam os R\$ 105 bilhões.

Hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) divulgará a ata da última reunião, realizada na semana passada, na qual a maioria dos integrantes decidiu por uma mudança no padrão da trajetória da taxa básica de juros. Por 5 x 4, o Copom optou por reduzir a Selic em apenas 0,25 ponto percentual, interrompendo a sequência de seis quedas de 0,50 p.p.

No comunicado para justificar uma redução mais moderada da Selic, o Copom mencionou o consenso entre seus membros sobre incertezas externas e internas. A divergência estaria na amplitude do corte. O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, desempatou ao votar por uma queda mais suave. Com certeza, a ata do Copom refletirá um cenário de incertezas fiscais, agravadas pelo desastre no Rio Grande do Sul. O socorro impactará os preços dos alimentos e o déficit fiscal.

No Palácio do Planalto, a prioridade é ajudar os gaúchos e criar condições para a recuperação do estado. Lula cancelou a viagem que faria ao Chile e deve voltar ao Rio Grande do Sul amanhã. A cooperação entre os órgãos federais, estaduais e municipais ligados à Defesa Civil é muito intensa, apesar das fake news que dizem o contrário. Nos bastidores do governo, porém, a preocupação é como socorrer os gaúchos sem desorganizar as contas federais.

Mesmo com o amparo legal do Congresso, do STF e Tribunal de Contas da União (TCU), que deixaram o socorro às vítimas fora do cálculo do deficit fiscal, o fato é que a conta não fecha. O governo terá que remanejar recursos, o que de fato já está ocorrendo, por exemplo, nos órgãos federais que estão atuando no Sul. O problema é que a destruição das cidades e o colapso da infraestrutura e das atividades produtivas vão exigir esforços continuados.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.05.2024 – PÁG. ECONOMIA

"Jabuti" em PL ameaça compras internacionais de até US\$ 50; entenda

Emenda é inserida em um projeto de lei relacionado ao incentivo à descarbonização dos veículos fabricados no país. Empresários pressionam para que matéria seja votada e fazem pressão no Congresso

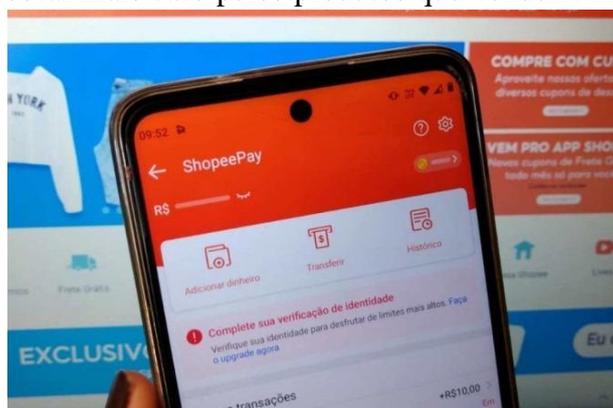
Rafaela Gonçalves

Um "jabuti" pode pôr fim à isenção de compras internacionais de até US\$ 50. Isso porque uma emenda, que acaba com a isenção federal para plataformas de e-commerce estrangeiras inseridas no programa Remessa Conforme, foi incluída no parecer do deputado Átila Lira (PP-PI) para o Projeto de Lei (PL) 914/2024 que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover).

Criado pelo governo federal, o Mover tem por objetivo incentivar a descarbonização de veículos nacionais. O programa dá incentivos fiscais para companhias que investem em sustentabilidade e cria regras para diminuir o impacto ambiental causado pela indústria automotiva. Mas, no relatório apresentado por Lira, foi incluída uma emenda que acaba com a não cobrança de impostos para importações abaixo de US\$ 50. A justificativa do parlamentar é que a isenção "tem preocupado a indústria nacional". Desde a criação do Remessa Conforme, varejistas brasileiras têm pressionado o governo pela taxa federal de pequenas importações. A discussão vem sendo adiada pelo Palácio do Planalto e pela equipe econômica desde o ano passado devido à impopularidade do tema. Assim, o setor produtivo concentrou esforços no Congresso para regulamentar o assunto por meio de alguma legislação.

Caso o projeto seja aprovado com o "jabuti", todas as compras internacionais passarão a ser taxadas. Plataformas como Shopee, AliExpress e Shein passarão a cobrar mais caro pelos produtos que vendem. Em entrevista ao Correio, a executiva de relações governamentais da Shein no Brasil, Anna Beatriz Lima, estima que a incidência do Imposto de Importação pode encarecer as compras em até 92% — o que pode dobrar o preço final dos produtos ao consumidor.

"Essa é uma emenda inesperada, em um texto que não guarda qualquer relação com o tema que está sendo discutido. Tentou-se argumentar que os dois falam de programas de importação, mas não dá para comparar quem importa um carro elétrico com quem compra uma





CLIPPING

DATA
14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
20 de 30

RESPONSÁVEL
Iris Helena

calça jeans", salienta.

Incidência

A gigante chinesa, que foi uma das primeiras companhias a se vincular ao Remessa Conforme, cobre o valor do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de 17%. Caso o projeto seja aprovado com o "jabuti", a empresa alerta que não terá como arcar as taxas sobre os produtos estrangeiros, pois será cobrado um Imposto de Importação de 60% que se somará aos 17% do ICMS. Assim, o consumidor comprará um produto com um acréscimo de 92% de taxa. Atualmente, cerca de 50 milhões de consumidores brasileiros — aproximadamente 25% da população — utilizam as plataformas estrangeiras de e-commerce. De acordo com Anna Beatriz Lima, a tributação impactará o poder de compra justamente dos mais pobres.

"De um lado, a gente está falando de um consumidor de alto poder aquisitivo e, do outro, de uma população que, em sua grande maioria — 90% dos compradores —, é das classes C, D e E", adverte. Lançado oficialmente em abril de 2023, o marketplace nacional da Shein representa, no momento, 55% das vendas da empresa no Brasil. Questionada se a varejista pode reavaliar os planos no país, Anna Beatriz Lima explica que, independentemente da taxa, há hoje uma nacionalização da produção, compromisso firmado quando a empresa aderiu ao Remessa Conforme.

Ela aponta, ainda, que a solução para o varejo nacional não deve passar por prejudicar o consumidor. "Não se encontra uma carga tributária de 92% em lugar algum. A discussão vai muito além do que está sendo posto de forma tão binária", lamenta. Levantamento encomendado pelo Alibaba Group mostra que as importações abaixo de US\$ 50 representam apenas 6,4% das vendas realizadas pelo e-commerce no país. O montante equivale a apenas 0,5% de toda a movimentação gerada pelo varejo nacional, sendo que essas importações de pequeno valor respondem por aproximadamente R\$ 1 bilhão por mês. Mas outro estudo, realizado pelo Instituto para Desenvolvimento do Varejo (IDV), afirma que esse impacto é muito maior — R\$ 50 bilhões, o equivalente a 2,2% do varejo total.

Empresários pressionam

Entidades ligadas à indústria e ao comércio prometem intensificar a pressão para que o Projeto de Lei 914/2024 — que institui o Programa Mobilidade Verde e Inovação (Mover) — seja aprovado o quanto antes, e com o "jabuti" embutido no texto. A matéria tramita em regime de urgência e há a possibilidade de que a discussão seja retomada nesta semana.

Segundo o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Valente Pimentel, a isenção para as compras até US\$ 50 é nociva à indústria e ao varejo nacionais. Ele aponta que os setores são vítimas da concorrência desigual, o que afeta diretamente a produção e o nível de empregos.

"Cabe imenso esforço em favor da isonomia tributária e do combate à ilegalidade, pois é premente vencer os problemas que afetam o ambiente de negócios e dificultam o aumento da taxa de investimentos", afirma. As entidades empresariais se reúnem, hoje, com a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE) para pressionar a tramitação do PL — emperrado pela falta de consenso entre os deputados. "Será que daremos o

empurrão para que potências produtivas e comerciais acumulem bilionárias cifras com suas exportações, enquanto nós faremos a exportação de emprego e renda para outros países?", questiona Pimentel.

JORNAL – CORREIO BRAZILIENSE – 14.05.2024 – PÁG. OPINIÃO

A indústria varre para baixo do tapete suas armas do crime

Indústria armamentista brasileira ignora o impacto negativo causado na segurança pública e fecha os olhos para as pesquisas que mostram que são as armas nacionais as mais apreendidas no território nacional



Em um artigo publicado na semana passada, o executivo do conglomerado que reúne Taurus Armas e Companhia Brasileira de Cartuchos, Salésio Nuhs, defende que o problema das armas do crime no Brasil é estrangeiro. Como tem feito há anos, ele seleciona recortes de apreensões de fontes não públicas.

Em um deles, recorre ao dado de que a invasão do Alemão, em 2010, apreendeu 50 fuzis de fabricação internacional, ignora, porém, o fato desse número representar apenas 20% das apreensões deste tipo de arma no Rio de Janeiro. No segundo recorte, utiliza-se de um relatório da Secretaria de Inteligência da Polícia Militar que analisa apenas 492 dos 610 fuzis apreendidos em 2023 no estado fluminense. A maior deficiência desse segundo caso não é apenas a amostra parcial, mas também o fato de classificar fuzis da marca Colt como americanos, mesmo sendo de amplo conhecimento que tais armas têm sido extensamente falsificadas por criminosos a partir de peças industriais não marcadas, as chamadas "ghost guns".

Olhar para fuzis é de suma importância, pois são mais letais, aumentando o poder das facções em resistir à lei e de submeter a população à violência. Mesmo no Rio, estado com mais fuzis nas mãos do crime no país, essa arma representa apenas 10% do total de apreensões. Dessa forma, é preciso estar ciente de que não é aleatório que representantes da indústria armamentista escolham fazer esse debate a partir de recortes específicos de apreensão que não condizem com um todo.

Como o Instituto Sou da Paz busca diagnósticos precisos que contribuam para a redução da violência armada, preferimos usar dados públicos de apreensões na totalidade. Assim, identificamos que a marca mais apreendida no Rio em 2014 era Taurus, representando 39% das apreensões. Essa pesquisa foi repetida pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) em 2019, e a Taurus continua na liderança com 34%, a estrangeira mais bem colocada tem 9%. Em 2014, o ISP também publicou que 42% das munições apreendidas no estado eram da fabricante nacional CBC, que Salésio também representa.

Pesquisas recentes do Sou da Paz em outros estados mostram que Taurus, CBC e Rossi (com revólveres comercializados pela Taurus) dominam as três primeiras posições em apreensões. Em São Paulo, somadas, têm 58% do mercado do crime; em Goiás, 67%. A preferência do crime por armas nacionais não é

necessariamente por suas qualidades, mas, sim, pela disponibilidade e preço. Após esses dados, fica claro por que a indústria opta por esconder suas fabricantes assinando textos apenas em nome da Associação Nacional das Indústrias de Armas e Munições (Aniam) e porque prefere discutir o mercado ilegal com recortes específicos.

Voltemos aos fuzis das facções criminosas. A flexibilização das leis de armas no governo Bolsonaro permitiu que atiradores esportivos tivessem até 30 fuzis. Um exemplo do impacto dessa permissividade é o do Vitor Rebollal, traficante de armas, que comprou 26 fuzis da Taurus para revender ao Comando Vermelho, mas foi interceptado pela polícia. Outro esquema criminoso desvendado pela Polícia Civil de São Paulo prendeu um CAC que comprava fuzis diretamente da Taurus com registros falsos, depois revendia as armas ilegalmente. A empresa apenas se posicionou de forma contrária a tais excessos depois que Bolsonaro perdeu as eleições.

Ao varrer para baixo do tapete os dados que mostram sua presença no crime, a indústria armamentista brasileira visa evitar ser responsabilizada pelas mortes causadas por armas de fogo no país. Assim, influenciou parlamentares a reduzir significativamente os impostos que pagará após a reforma tributária. Caso esteja realmente interessada em verificar a participação de suas armas no crime, que financie um esforço independente a ser realizado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública para coletar laudos periciais de todas as armas apreendidas durante um mês no país para identificação das marcas e nacionalidades. Se o resultado confirmar a liderança da Taurus e outras empresas nacionais nas armas usadas em crimes, estamos seguros de que a Aniam aceitará um aumento de impostos que atenuem os prejuízos causados por seus produtos na discussão da reforma tributária.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO - 14.05.2024 – PÁG. A11

Enchentes no Sul ditam encontro dos judiciários do G20

Magistrados coincidem sobre atuação das Supremas Cortes no tema mudança climática, mas reconhecem protagonismo da política

Camila Zarur / Paula Martini

A tragédia no Rio Grande do Sul, assolado por enchentes que deixaram 147 mortos no Estado, foi um dos principais assuntos debatidos na reunião dos presidentes e representantes das Supremas Cortes de países do G20, grupo de maiores economias do mundo. Os magistrados dos tribunais constitucionais se reuniram nesta segunda-feira (13), no J20 (Justice 20), grupo de engajamento do fórum voltado ao Judiciário.



Os representantes dos 18 países que participaram do evento falaram sobre a situação do Rio Grande do Sul e alertaram sobre a necessidade de medidas para combater as mudanças climáticas. O assunto foi abordado em painel cujo tema foi o papel do Judiciário no desenvolvimento sustentável e na litigância climática. O termo se refere à responsabilização de governos e empresas por ações que acelerem o aquecimento global.

Houve consenso entre os magistrados de que a pauta ambiental não deve ser encabeçada pelo Judiciário, uma vez que a responsabilidade deve ficar a cargo da política e da ciência. Mas as autoridades concordam que as cortes supremas devem garantir que as leis de proteção ao ambiente sejam seguidas, bem como as constituições. Enfatizaram ainda que o Judiciário deve limitar ações legislativas que representem risco ao clima.

“Não se salva o mundo com decisões judiciais. O Judiciário não é protagonista dessa história, quem deve fazer prognósticos são a ciência e a política”, afirmou o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso. Ele continuou: “[Mas] há certo consenso de que Judiciário tem papel relevante em superar parte da inércia que acomete a política nessas matérias. Há uma certa tendência mundial do Judiciário de intervir em questões climáticas”.

O presidente do STF destacou que o Judiciário brasileiro destinou R\$ 106 milhões, oriundos de penas pecuniárias, para a reconstrução do Rio Grande do Sul. Na reunião, as delegações falaram sobre o Brasil ser fundamental nas discussões de enfrentamento das mudanças climáticas por conta da biodiversidade. A situação de calamidade no território gaúcho foi citada pelos participantes como um símbolo dos efeitos do aquecimento global.

“Estamos vendo os sinais disso nas terríveis enchentes que ocorrem no Sul do Brasil. As mudanças climáticas são um problema para todos nós ao redor do mundo, mas o Brasil é um dos países que mais sofrem com isso. E estar aqui e aprender sobre isto nos torna mais conscientes da urgência do trabalho para combater este problema global”, disse ao Valor o presidente da Suprema Corte do Reino Unido, Robert J. Reed.

O jurista escocês endossou a fala do par brasileiro, Barroso, e afirmou que a classe política deve liderar os esforços para frear o aquecimento global, uma vez que é responsável pela elaboração de leis. Ao Judiciário, diz Reed, cabe garantir que a legislação ambiental seja cumprida e efetiva. “A iniciativa deve partir dos governos, que precisam trabalhar em conjunto para chegar em acordos internacionais. Uma vez que as convenções sejam implementadas, poderão ser aplicadas pelos tribunais dentro dos limites estabelecidos por cada constituição. As cortes têm um papel vital em garantir que as leis sejam eficazmente aplicadas. Também cabe à Justiça atuar contra a letargia dos governos”, finalizou o presidente do Supremo britânico.

As mudanças climáticas são um problema para todos no mundo” — Robert J. Reed

O evento, que continua nesta terça (14), foi realizado pelo STF. O presidente do Supremo foi o único integrante da Corte presente no encontro. O vice-presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, estava previsto na agenda, mas precisou ficar em Brasília. O magistrado participou como representante do Judiciário da reunião ministerial convocada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para discutir a situação no Sul do país.

Além da proteção do clima e do ambiente, o encontro do J20 também discute a questão da transformação digital e o uso da tecnologia para a eficiência da Justiça. O debate, que será o principal tema do evento nesta terça, deve abordar questões como desinformação e “fake news”. O presidente do STF criticou ontem a circulação de notícias falsas envolvendo o Rio Grande do Sul. Desinformações sobre as enchentes se

tornaram alvo de ações judiciais. O ministro disse que a proliferação de “fake news” em meio à tragédia no Estado é uma “perversão da alma”.

Segundo Barroso, a desinformação precisa ser enfrentada com legislação, educação midiática e “controle mínimo” das plataformas digitais. “Claro que ninguém deseja censura privada, mas ninguém pode viver no incentivo do mal”, afirmou. O J20 contou com a participação da União Africana, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, União Europeia, França, Alemanha, Índia, Itália, Coreia do Sul, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia, Reino Unido, Portugal e Espanha.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 14.05.2024 – PÁG. E1

Tribunais não cumprem cota destinada a magistrados negros

Estudo da FGV analisou 21 concursos e em nenhum deles se atingiu o percentual de 20% de vagas previsto em resolução editada pelo CNJ

Beatriz Olivon



Os tribunais não estão conseguindo cumprir a cota destinada a pessoas negras em concursos para a magistratura. É o que mostra estudo realizado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) sobre equidade racial e o cumprimento da Resolução nº 203/2015, editada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determina a reserva de 20% das vagas. Foram analisados 21 concursos e em nenhum deles se atingiu o percentual.

O estudo “Operacionalizando a equidade racial no Poder Judiciário: uma análise da implementação da Resolução nº 203/2015 do CNJ”, obtido com exclusividade pelo Valor, será divulgado hoje. Ele também aponta falta interesse por parte dos magistrados em discutir o tema. A pesquisa, além dos dados de concursos, procurou entrevistar juízes e apenas 26, negros e brancos, se prontificaram a atender os pesquisadores. São de tribunais que não adotam iniciativas efetivas para combater o racismo e promover a equidade racial.

“Falamos de vários casos de racismo e injúria racial, mas muitas vezes o próprio Direito perpetua práticas racistas a partir das respostas que o Judiciário dá”, diz a professora Luciana Ramos, da FGV Direito, uma das coordenadoras da pesquisa. Por isso, o interesse em saber, do ponto de vista racial, quem está julgando esses casos. Uma primeira surpresa no início do estudo foi a falta de dados por parte dos tribunais. “Achamos que os tribunais teriam dados. Queríamos monitorar se havia alguma questão de raça envolvidas nas promoções por merecimento e antiguidade, mas nem isso conseguimos”, afirma a professora. Por quase dois anos os pesquisadores tentaram produzir informações.



CLIPPING

DATA

14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

25 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

Luciana Ramos acrescenta que, para saber o perfil racial da magistratura, é preciso ter informações de todos os magistrados. “Mas em alguns tribunais tenho dados de 1,9% dos magistrados. Essa falta de transparência é um problema para formular a política pública, porque é um chute colocar 20% [de cota]. E não tem como saber se a política é efetiva ou não”, diz.

Apesar de a resolução prever 20% de vagas para negros na magistratura, o que a pesquisa observou é que só é feita essa reserva na primeira fase dos concursos, sem separação para as fases seguintes para seguir com a política de ação afirmativa. A ideia era analisar 39 concursos realizados, mas só foi possível aos pesquisadores obter informações de 21 deles.

Em nenhum deles foi alcançado o percentual de 20%. Nos Tribunais de Justiça (TJs), para 2.062 vagas foram aprovados 1.503 juízes - do total apenas 17,2% se autodeclararam negros. Nos concursos para os Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), foram 73 aprovados em 454 vagas, sendo sete (9,59%) negros. Em nos Tribunais Regionais Federais (TRFs), o resultado foi pior: nenhum negro aprovado. Sem dados mais completos, não foi possível saber quantos se candidataram para as 335 vagas existentes.

“Quando não existem dados, não existe um problema. É esse discurso que inviabiliza a questão”, afirma Ramos. Ainda segundo a pesquisadora, nas entrevistas, além do desconhecimento sobre a resolução, observou-se uma resistência à inclusão de diversidade nos debates internos dos tribunais. “Tem magistrados que dizem que a carreira ‘não pode abrir muito’, tem que ser via meritocracia. Existem muitos que são contrários a cotas e ações afirmativas em concursos públicos para a magistratura”.

O relatório aponta que não tem ocorrido, nos tribunais, uma institucionalização de um compromisso com uma agenda de enfrentamento ao racismo a partir da implementação de ações afirmativas. As entrevistas, de acordo com o estudo, “demonstraram que a ausência negra no Poder Judiciário não tem sido um problema amplamente percebido ou questionado pela institucionalidade para além dos impulsionamentos vindos do Conselho Nacional de Justiça”.

Entre as propostas apresentadas pelos pesquisadores, está a criação de uma plataforma unificada com informações sobre o perfil dos magistrados e servidores, com marcadores sociais de raça/cor e gênero, data, forma de ingresso e evolução na carreira para todos os tribunais, além da aplicação da Resolução nº 203/2015 do CNJ em todos os tribunais com gerenciamento e acompanhamento de dados, incluindo aplicação da reserva de vagas para negros em todas as fases do concurso e publicação de listagem específica de divulgação de resultados separada da lista de ampla concorrência.

Os resultados observados a partir da resolução revelam que é necessário avançar, afirma a juíza auxiliar da Presidência do CNJ, Karen Luise de Souza, que integra o Comitê Executivo do Fórum Nacional do Poder Judiciário para a Equidade Racial (Fonaer) e o grupo de trabalho destinado a apresentar proposta de protocolo para julgamento com perspectiva racial.

O CNJ está construindo mecanismos para aperfeiçoar a política trazida pela resolução, segundo a juíza. Recentemente foi lançado um programa para a concessão de bolsas gratuitas em cursos preparatórios para a magistratura, além de bolsa manutenção, com pagamento de R\$ 3 mil por mês, durante dois anos. Uma das barreiras de acesso identificados é o custo da preparação para o concurso, que boa parte dos candidatos não tem condições de arcar.

O Relatório Perfil Sociodemográfico dos Magistrados, realizado pelo CNJ em 2018 e 2013 mostrou pouca mudança na composição do Judiciário nesse período. Majoritariamente, os juízes são homens, brancos, católicos, casados e com filhos. Foram esses dados que subsidiaram a formulação da Resolução nº 203/2015. Em 2013, 14% dos magistrados se autodeclararam pardos, 1,5% se autodeclararam pretos e apenas 0,1% identificaram-se como indígenas. Em 2018, a maioria se declarou branca (80,3%), 18% negra (16,5% pardas e 1,6% pretas), e 1,6% de origem asiática. Apenas 11 magistrados se declararam indígenas.

De acordo com o juiz Fabio Esteves, co-fundador do Encontro Nacional de Juízes e Juízas Negras (Enajun), há um movimento dos tribunais em maior intensidade nos últimos cinco anos. “Entre o início de 2015 e 2020 havia poucas ações mais concretas”, afirma. Mais recentemente, acrescenta, o Enajun tem percebido ações de forma mais sistematizada como a instalação de comitês que discutem diversidade. “Evidentemente que isso ainda é muito pouco. Para remover o tamanho da estrutura do racismo na sociedade e nas instituições, as ações precisam ser um pouco mais agressivas, no bom sentido”, diz. O juiz destaca que o CNJ, nas últimas quatro gestões, tem trabalhado em prol da igualdade racial no Judiciário. E que alguns tribunais, na grade de formação de servidores e juízes, têm hoje disciplina sobre equidade racial e letramento. “Mas ainda seria necessário haver mais.”

Para o juiz, o Exame Nacional da Magistratura (Enam) traz possibilidade de implemento da equidade racial no Judiciário e, nesse sentido, destaca o financiamento dos candidatos ao concurso a partir de parcerias entre o CNJ e entidades privadas. “É fundamental”, afirma ele, que exerce a função de juiz instrutor no Supremo Tribunal Federal.

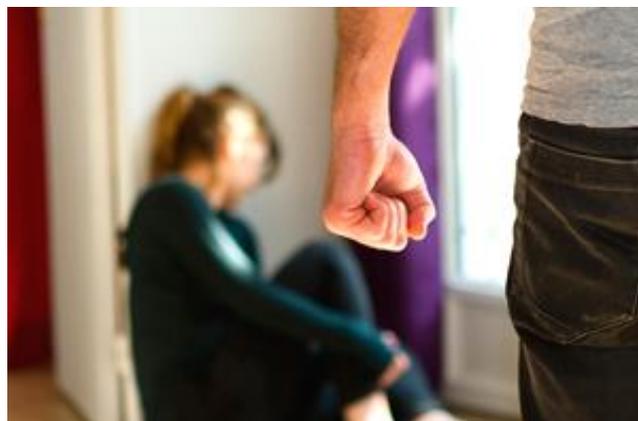
Destaques

Violência doméstica

A 11ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo (TRT-SP) manteve sentença que reverteu justa causa aplicada por operadora de saúde a uma faxineira, impedida de comparecer ao trabalho por violência doméstica cometida pelo companheiro.

De acordo com os autos, a mulher expôs ao supervisor os “problemas pessoais” pelos quais estava passando. Disse ainda que o chefe teria contado o ocorrido a uma gestora e a uma empregada de recursos humanos da instituição. Porém, a trabalhadora acabou dispensada de forma motivada por oito faltas “injustificadas” e reiteração de “condutas desidiosas” no exercício das funções.

A ré alegou que tal comportamento comprometeu o funcionamento normal do setor no qual a autora trabalhava. Em seu voto, o relator, desembargador Sérgio Roberto Rodrigues, destaca, no entanto, que a prova oral revelou que “as faltas não foram injustificadas, pois a empresa tinha conhecimento da violência



doméstica sofrida pela autora”. E concluiu que os elementos contidos nos autos não foram suficientes para justificar a aplicação da pena mais grave à trabalhadora, devendo a operadora de saúde reverter a dispensa em imotivada e realizar o pagamento das verbas rescisórias devidas (com informações do TRT-SP).

TJAL pretende mandar caso Laginha ao Supremo

Decisão leva em consideração que 13 dos 17 desembargadores se declararam suspeitos ou impedidos de julgar recursos envolvendo a massa falida

Marcela Villar



O Supremo Tribunal Federal (STF) pode ter que julgar um processo falimentar pela primeira vez nos seus mais de 130 anos de história: a falência de Laginha, conglomerado de usinas de açúcar e etanol em Alagoas, fundada pelo ex-deputado federal João Lyra. O desembargador Carlos Cavalcanti de Albuquerque Filho, presidente da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas (TJAL), pediu para que o caso subisse para o STF, após 13 dos 17 desembargadores se declararem suspeitos ou impedidos de julgar recursos envolvendo a massa falida.

A previsão para os ministros assumirem uma ação está no artigo 102 da Constituição: quando mais da metade dos membros do tribunal de origem estejam impedidos, cabe ao STF julgar. Isso já ocorreu em outras situações, mas em crimes de corrupção, lavagem de dinheiro ou fixação de honorários. Nunca numa falência. A decisão de Cavalcanti foi monocrática e ainda precisa ser confirmada pelo pleno do TJAL, o que pode ocorrer hoje, mesmo fora da pauta de julgamentos.

Segundo especialistas próximos ao processo que conversaram com o Valor em anonimato, a decisão de levar a falência ao Supremo é mais do que benéfica, mas “necessária” e o “único caminho possível”. Isso porque em Alagoas, afirmam, o que se vê é uma pressão política sobre juízes e desembargadores, além de conflito de interesses entre herdeiros da falida, credores e o administrador judicial, função desempenhada pelo Telino & Barros Administração Judicial.

Para advogados de credores, o TJAL não teria a mínima condição de julgar o caso. “Quando chego no tribunal para despachar ou fazer audiência, você sente uma tensão no ar. Nunca vi juiz ficar tão nervoso a ponto de tremer ao conversar sobre o caso”, diz um advogado. Já o administrador judicial da massa falida, Igor Telino, sócio do Telino & Barros, afirma que a competência não deveria ser deslocada para o Supremo. A ministra Rosa Weber, em 2020, deu uma decisão sobre o tema, em um mandado de segurança impetrado pelo comitê de credores que pedia para o STF evocar a competência no julgamento dos recursos.

“Haveria supressão de uma instância e é uma exceção que tem que estar manifestada no caso concreto”, diz. “Os processos de Laginha não são julgados pelo pleno, então não se sabe se a suspeição ou impedimento é



CLIPPING

DATA

14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

28 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

vinculado a aquele processo ou a todos os processos de Laginha.” A falência é julgada não por um só magistrado, mas por uma comissão de juízes. Cerca de 20 pessoas já assumiram desde 2014, quando foi decretada a falência da empresa. No TJAL, havia dificuldade para formar turma para julgamento, composta por três membros. Dos 17 desembargadores, 13 não podiam mais dar decisões, então o presidente da 2ª Câmara Cível, Carlos Cavalcanti, precisava fazer sorteio. Além de si mesmo, sobraram outros três - dois da Câmara Cível e outro da Câmara Criminal. “Ele ficava numa saia justa”, diz uma fonte.

Na decisão, Cavalcanti indica que 11 magistrados se declararam suspeitos - quando o magistrado tem a imparcialidade questionada por situações pessoais, como amizade ou inimizade com as partes. Um deles, o desembargador Otávio Leão Praxedes, é inclusive credor da massa falida. Outros dois estão impedidos - um era procurador de Justiça e outro foi advogado de Laginha em 2006. Cavalcanti afirma que “trata-se de situação excepcional, que exige a adoção de medidas igualmente excepcionais, a fim de preservar a integridade e a credibilidade do Sistema de Justiça”. E acrescenta: “Admitir que um processo seja julgado por um tribunal em que a maioria de seus membros está impedida ou suspeita seria uma afronta aos Princípios basilares do Estado Democrático de Direito, que tem na imparcialidade, na independência e na competência do Poder Judiciário um de seus pilares fundamentais” (processo nº 0808598-73.2023.8.02.0000).

Credores reclamam que o atual administrador do caso nunca teria atuado antes em outra falência ou recuperação judicial e que estaria protelando o andamento do processo, dificultando a venda de ativos. Além disso, que o Telino & Barros já atuou como advogado no caso. O escritório foi nomeado em 2021, pelo então presidente do TJAL, o desembargador Klever Loureiro, apontado como parcial na condução do processo de Laginha pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2022. Além das suspeições e impedimentos, os principais entraves que impedem o andamento do processo são a venda de ativos da empresa para pagamento aos credores e resolução do passivo tributário. Os números variam de R\$ 1,8 bilhão a R\$ 2,2 bilhões da dívida concursal e R\$ 3,4 bilhões de débitos tributários. Os ativos - três usinas e fazendas - são estimados em mais de R\$ 3 bilhões.

O escritório nega as acusações. Um dos sócios, Igor Telino, afirma que atua em processos falimentares há 12 anos, mas não como administrador judicial. Que só tem o processo de Laginha devido a sua complexidade e que em três anos atuando na falência aumentou de R\$ 200 milhões para quase R\$ 1 bilhão o caixa da falida. Sobre a dificuldade na liquidação de ativos, diz que a massa falida não tem a propriedade - discutida em processos de reintegração de posse.

JORNAL – VALOR ECONÔMICO – 14.05.2024 – PÁG. E2

Preços de transferência e as polêmicas ORDs

É recomendável que os contribuintes documentem não apenas as transações realizadas, mas o racional econômico inerente às suas posições de preço de transferência

Marcelo H. B. Moura

Seguindo o alinhamento das normas brasileiras de preços de transferência (TP) ao padrão “arm’s length” pela Lei nº 14.596/23, o novo sistema de controle de operações entre partes relacionadas intragrupo traz tanto inovações como problemáticas da experiência internacional consigo. Um dos desafios impostos às multinacionais com operações cross-border consiste nas chamadas “opções realisticamente disponíveis” (ORD), conceito segundo o qual se exige um exercício hipotético de potenciais outras alternativas que estariam à disposição do contribuinte além da concreta transação que se efetivou. Isso porque, em um cenário entre partes independentes, as potenciais alternativas disponíveis seriam consideradas antes de se optar por uma determinada transação, de modo que a alternativa mais vantajosa seria escolhida pelas partes orientadas por um exclusivo racional econômico.



Por exemplo, em uma transação de mútuo intragrupo entre a controladora do grupo (mutuante) e sua subsidiária (mutuária), esse instituto demandaria analisar quais outras possibilidades a subsidiária poderia se valer para suprir a necessidade de capital, tais como ela mesmo emitir dívida e captar recursos no mercado de capitais ou, simplesmente, obter um empréstimo junto a uma parte não relacionada, como um banco. Além disso, o exercício se prolongaria para escrutinar não apenas a forma, mas também os detalhes da transação, de modo que as condições - prazo, taxa de juros e seu tipo, moeda, assunção de risco, entre outros - podem ser colocados à prova.

Do ponto de vista sistemático, é necessário diferenciar os distintos momentos de aplicação das ORDs dentro dos quatro passos da análise de TP, a saber, (i) delineamento da transação, (ii) reconhecimento, (iii) seleção e (iv) aplicação do método de TP mais apropriado. Justamente nos primeiros dois passos é que a consideração das ORDs ganha maior relevância.

Em relação ao delineamento da transação, seu objetivo é determinar as reais condições financeiras e comerciais da transação controlada, em uma busca de substância com base nas características economicamente relevantes: termos contratuais, análise das funções, ativos e riscos, características dos bens ou serviços, circunstâncias econômicas e estratégias de negócios. Com base nisso, é possível determinar as circunstâncias fáticas, permitindo a análise de comparabilidade com transações entre partes independentes e, dessa forma, determinar se a transação afinal é “arm’s length”.



CLIPPING

DATA

14.05.2024

BIBLIOTECA

PÁGINA Nº

30 de 30

RESPONSÁVEL

Iris Helena

As ORDs são um fator adicional a ser considerado no delineamento da transação incrementando a análise de comparabilidade, sobretudo para determinar as condições às quais partes independentes teriam se submetido em circunstâncias similares. Esse é o posicionamento da atual legislação brasileira no artigo 7º, parágrafo 1º, da Lei nº 14.596/23 e no artigo 10 da IN RFB nº 2.161/23. A experiência internacional pode nos dar exemplos práticos da aplicação das ORDs no delineamento da transação. No caso australiano Chevron, a Corte considerou que um mútuo intragrupo em um cenário entre partes não relacionadas deveria ser ajustado para incluir a existência de uma garantia e, dessa forma, ajustar negativamente o valor da taxa de juros paga pela entidade australiana à entidade relacionada estadunidense.

Delineada a transação, passa-se ao segundo passo da análise de TP, na qual a noção de (não) reconhecimento poderá ser usada como um instrumento disponível que permite à administração tributária desconsiderar a transação realizada como um todo, caso se verifique que a transação controlada não goza de comercialidade racional. Logicamente, por se tratar de uma medida radical, ela possui um escopo de aplicação excepcional. Essa é a atual leitura das Diretrizes da OCDE, que advertem que todo esforço deve ser feito para reconhecer a transação delineada, de forma que a mera dificuldade em se determinar o preço “arm’s length” não permite desconsiderar a transação.

Nesse passo, as ORDs desempenham um fator a ser considerado na determinação da existência da comercialidade racional, mas não são por si mesmas o único elemento determinante. Esse posicionamento também é observado no artigo 8 da Lei nº 14.596/23 e no artigo 19 da IN RFB nº 2.161/23. Tome-se como exemplo o caso inglês Blackrock, no qual uma complexa operação de aquisição por meio de diversos mútuos intragrupo foi questionada durante a fase de reconhecimento. A Corte analisou detidamente a estrutura e se valeu de diferentes peritos técnicos para afirmar a comercialidade racional da operação, pois uma estrutura semelhante seria crível entre partes não relacionadas, ainda que necessitando de certos ajustes contratuais.

A despeito da necessidade de contextualizar sua aplicação na análise de TP e do restrito escopo dado pela legislação brasileira ancorada nas recomendações internacionais, as ORDs são um desafio às multinacionais para evidenciar potenciais alternativas presentes à época da transação e podem representar um exercício arbitrário e subjetivo pelas autoridades tributárias, gerando questionamentos legais. A experiência internacional demonstra que essas hipotetizações exigem elevado grau de evidência probatória, cujos resultados dependem das particulares circunstâncias fáticas de cada caso. Com base nisso, é recomendável que os contribuintes documentem não apenas as transações realizadas, mas o racional econômico inerente às suas posições de TP, assim como considerem se valer do recém-estabelecido processo de consulta específico.